

Brasil e Argentina: 'é uma briga de segundo escalão', diz Marco Aurélio

Disputa por importações de alimentos, no entanto, pode chegar a presidentes

Fabiana Ribeiro
e Monica Yanakiew*

• RIO e BUENOS AIRES. O assessor da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, disse que a discussão entre Brasil e Argentina referiu-se a uma "medida isolada de um funcionário de segundo escalão", que não afetará as relações entre os dois países. Para ele, é possível resolver a questão via negociação.

— As medidas serão evocadas, mas sem ânimo de confrontação. Rivalidade com a Argentina só no futebol.

Garcia admitiu, contudo, a possibilidade de haver um retardamento na concessão de

licenças de importação de produtos argentinos.

— Isso não se configura uma guerrilha, menos ainda uma guerra de posições — disse Garcia, que esteve ontem no III Foro Brasil-União Europeia, no Rio.

Funcionários do governo argentino minimizaram a "guerra comercial" com o Brasil, que há duas semanas mobiliza empresários, diplomatas, ministros e pode chegar aos presidentes Cristina Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, que se encontrarão hoje no Rio.

Ontem, o ministro do Interior argentino, Florencio Randazzo, admitiu que existe um "conflito de interesses" entre

os dois países e que a Argentina tem, como política, defender seus produtores e trabalhadores. Mas tanto ele como a ministra da Indústria e Comércio, Debora Giorgi, negaram que houvesse travas às importações do Brasil.

— Travas formais não existem. Ninguém colocou uma proibição no papel, daí o problema. O que existe é uma sugestão, por parte do secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, aos supermercados de deixar de comprar lá fora produtos alimentícios que podem ser produzidos aqui. Quem não quer ter problemas com o governo prefere aceitar a recomendação, temendo represálias

— explicou o economista argentino Mauricio Claveri, da consultoria Abeceb.

A Abeceb, aliás, fez um estudo demonstrando que a Argentina tem mais a perder, caso o Brasil resolva aplicar retaliações, como insinuou anteontem o secretário do Comércio do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Welber Barral. Pelos cálculos da consultoria, se a Argentina de fato restringisse as importações de produtos alimentícios do Brasil, economizaria US\$ 81 milhões. Em compensação, as retaliações brasileiras poderiam afetar US\$ 351 milhões das vendas argentinas. ■

(*) Especial para O GLOBO